



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0961/2016**

**Processo nº 72528443- SERP**

**Pregão nº 0053/2016**

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, como sede na Rua: Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, n.º 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representada legalmente pelo seu Subsecretário de Estado de Assistência em Saúde **FABIANO MARILY**, portador da Carteira de Identidade nº. 786.585 - SSP/ES, inscrito junto ao CIC sob Nº. 938.098.087-68, residente na Av. Othovarino Duarte Santos, km 02, São Mateus/ES, nomeado pelo Decreto nº 1935-S de 29/10/2015, publicado no DOE em 03/11/2015 considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. **0961/2016**, publicada no DOES do dia **29/01/2016**, bem como, a classificação das propostas publicada no DOES de **05/04/2016**, e a respectiva homologação conforme fls. **223**, do processo **72528443**, RESOLVE registrar os preços da empresa **ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ: 10.586.940/0001-68)**, neste ato representado pelo Sr. **JOÃO BOSCO XAVIER**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. **1.330.482 - SSP/ES** e inscrito no CPF sob o nº. **854.024.867-00**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002 pelo Decreto Estadual nº. 1.527-R, de 30 de agosto de 2005, pelo Decreto Estadual nº. 1.790-R/2007, de 24 de janeiro de 2007 e suas alterações incluídas pelo Decreto Estadual 3.540-R publicado em 11 de março de 2014, pela Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos medicamentos especificados no Anexo I do Edital de Registro de Preço nº 0053/2016 que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas, conforme consta nos autos do processo nº 72528443.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**DO PREÇO**

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no **Anexo II-A**, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.1.1 - Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza (inclusive ICMS e/ ou DESONERAÇÃO) e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

2.1.2 Será(ão) admitido(s) no(s) preço(s) proposto(s):

- a) unitário(s): a utilização de até 04 (quatro) casas decimais após a vírgula para cada item que compõe o lote;
- b) total (ais): a utilização de até 02 (duas) casa decimais após a vírgula, expressos em moeda nacional.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:



**Neide Capobianco**  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- b) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 – Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 – Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 – A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.6 – Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.7 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.8 – Não será concedida a revisão quando:

- a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.9 – Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

##### **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

4.1.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

##### **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos medicamentos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores;

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.7 - A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

##### **DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS**

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento (**Anexo VII**), e como termo final o recebimento definitivo dos medicamentos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no **Anexo I e I A**, e sem prejuízo para o prazo mínimo de validade dos produtos adquiridos.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

**CLÁUSULA SÉTIMA**

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento.

**CLÁUSULA OITAVA**

**DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO**

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos medicamentos por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os medicamentos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

**CLÁUSULA NONA**

**DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS**

9.1 - A entrega dos medicamentos dar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

9.2 - Os produtos serão entregues, conforme Anexo I - A, no Almoxarifado dos respectivos Municípios, em dias úteis no horário das 09h00min às 16h00min, nas localidades conforme arquivo zipado, em anexo, no sistema do Banco do Brasil.

9.3 - A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº. 8.666/93) responsável pelo recebimento do medicamento, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

9.4 - O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos medicamentos ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

9.5 - A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";

9.6 - As distribuidoras devem apresentar, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

**DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

10.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os medicamentos de acordo com as condições e prazos propostos;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

10.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos medicamentos adquiridos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

11.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

11.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93.

11.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

11.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

11.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

11.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

11.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

11.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

### **DA RESCISÃO**

A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

### **DOS ADITAMENTOS**

A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

### **DOS RECURSOS**

Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

### **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato será acompanhada pelo servidor Fábio Rogério Gomes Pereira da SESA, tel. (27) 3636 – 8413/8419, e-mail: [geaf.serp@saude.es.gov.br](mailto:geaf.serp@saude.es.gov.br), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**



**Neide Capobianco**  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

PROCESSO

234  
72528443

SESA - Rubr. 

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

**DO FORO**

Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 12 de maio de 2016.

  
**FABIANO MARILY**  
Subsecretário de Estado de Assistência em Saúde  
Contratante

  
**JOÃO BOSCO XAVIER**  
Oncovit Distribuidora de Medicamentos Ltda  
Contratada

Oncovit Distrib. Medicamentos Ltda  
*Carlos Welber Nunes Magro*  
Coordenador de Licitações  
RG: 1.434.346  
CPF: 074.180.827-70



Neide Capobianco  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

**ANEXO I**  
**PREGÃO Nº 0053/2016**  
**DESCRIÇÃO DO OBJETO**  
LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.
01	HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO), COMPRIMIDO REVESTIDO 400MG DE EXTRATO SECO A 5%.	CP	82.650

## 2 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

2.1 - A validade dos medicamentos, contada a partir do recebimento dos mesmos pela Administração, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

2.2 - O fornecimento deve ser acompanhado de declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem e nº. do registro do Ministério da Saúde.

2.3 - Os rótulos e embalagens devem ser apresentados de acordo com a legislação vigente, devendo conter, por exemplo, denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação e validade.

2.4 - Os medicamentos devem estar revestidos de embalagens primária e secundária, devidamente indicados e acondicionados, consideradas as condições de umidade e temperatura.

2.5 - A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";

2.6 - Deve ser apresentado laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Federal nº. 9.787/99.

2.7 - As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

## 3 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é conforme consta nos lotes deste ANEXO, sem prejuízo para o disposto no item 3.4.

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em 10% (dez por cento) do que consta nos lotes deste ANEXO, sem prejuízo para o disposto no item 3.4.

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;
- c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

3.5 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**4 - QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS:**

4.1 - A quantidade mínima de itens que o licitante deverá cotar é de conforme consta nos lotes deste ANEXO, sob pena de desclassificação do certame.

**5 - LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA:**

5.1 - A entrega e recebimento dos medicamentos se darão na forma da cláusula nona da Ata de Registro de Preços.

**6 - FORMA DE PAGAMENTO:**

6.1 - O pagamento se dará na forma da cláusula quinta da Ata de Registro de Preços.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 0961/2016

ANEXO II – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços nº. 0961/2016**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão N° 0053/2016**.

LOTE 02

**ESPECIFICAÇÃO:** HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO), COMPRIMIDO REVESTIDO 400MG DE EXTTRATO SECO A 5%.

FORNECEDOR	UNID.	QUANT.	MARCA FABRICANTE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	COMP	82.650	ARPADOL/APSEN	1,00	82.650,00

**VALOR TOTAL DO LOTE:** , ..... R\$ 82.650,00

REPRESENTANTE LEGAL: **ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ: 10.586.940/0001-68)**, neste ato representado pelo Sr. **JOÃO BOSCO XAVIER**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. **1.330.482 – SSP/ES** e inscrito no CPF sob o nº. **854.024.867-00**.



Neide Capobianco  
Núcleo Especial de Contratos e Convênios



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

LICITAÇÕES

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

**3**

Vitória (ES), Sexta-feira, 20 de Maio de 2016.

IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde e a Empresa Supermed Com. E Impor, de Prod. Médicos e Hosp. Ltda Me  
**VALOR** - R\$ 535,00 (quinhentos trinta e cinco reais)  
**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial  
**DATA DA ASSINATURA** - 18/05/2016

**PROCESSO 72691387/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237506**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde e a Empresa Geralmed Distribuidora de Medicamentos Ltda  
**VALOR** - R\$ 4.532,00 (quatro mil quinhentos trinta e dois reais)  
**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial  
**DATA DA ASSINATURA** - 17/05/2016

**PROCESSO 73937959/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237510**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde e a Empresa Geralmed Distribuidora de Medicamentos Ltda  
**VALOR** - R\$ 4.806,60 (quatro mil oitocentos seis reais e sessenta centavos)  
**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial  
**DATA DA ASSINATURA** - 17/05/2016

**PROCESSO 73346489/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237514**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde e a Empresa Oncovit Distribuidora de Medicamentos Ltda  
**VALOR** - R\$ 399,60 (trezentos noventa e nove reais e sessenta centavos)  
**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial

**DATA DA ASSINATURA** - 18/05/2016 reais e cinquenta e dois centavos)

**PROCESSO 736651260/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237517**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde e a Empresa Medtronic Comercial Ltda  
**VALOR** - R\$ 28.747,00 (vinte oito mil setecentos quarenta e sete reais)  
**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial  
**DATA DA ASSINATURA** - 17/05/2016

**PROCESSO 73749540/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237523**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde Empresa Venâncio Produtos Farmacêuticos Ltda  
**VALOR** - R\$ 50.378,40 (cinquenta mil trezentos setenta e oito reais e quarenta centavos)

Empresa Buteri Comércio e Representações Ltda  
**VALOR** - R\$ 25.524,00 (vinte cinco mil quinhentos vinte quatro reais)

Empresa Novartis Biociências S.A  
**VALOR** - R\$ 293,40 (duzentos noventa e três reais e quarenta centavos)  
**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial  
**DATA DA ASSINATURA** - 19/05/2016

**PROCESSO 74080482/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237529**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde Empresa Geralmed Distribuidora de Medicamentos Ltda  
**VALOR** - R\$ 999,00 (novecentos noventa e nove reais)

Empresa Hosp Log Comércio de Prod. Hospitalares Ltda  
**VALOR** - R\$ 44.291,52 (quarenta e quatro mil duzentos noventa e um

Empresa Novartis Biociências S.A  
**VALOR** - R\$ 1.051,20 (mil e cinquenta e um reais e vinte centavos)  
**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial  
**DATA DA ASSINATURA** - 18/05/2016

**PROCESSO 72956402/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237533**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, IV, da Lei Federal 8.666/93.

**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde Empresa Geralmed Distribuidora de Medicamentos Ltda  
**VALOR** - R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais)

Empresa Drogaria Orla da Praia Ltda  
**VALOR** - R\$ 1.456,20 (mil quatrocentos cinquenta seis reais e vinte centavos)

**OBJETO** - Aquisição do medicamento, em atendimento ao Mandado Judicial  
**DATA DA ASSINATURA** - 17/05/2016

**PROCESSO 73867268/2016**

**CARLOS LUIZ TESCH XAVIER**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237537**

**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**FUNDAMENTO LEGAL** - Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93.  
**PARTES** - Secretaria de Estado da Saúde através da Superintendência Regional de Saúde de Vitória e a empresa:  
**EQUIPEX COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.**  
**Objeto** - aquisição de 360 unidades de fraldas descartáveis.  
**Valor total:** R\$ 457,20 (Quatrocentos cinquenta sete reais, vinte centavos)

**Paciente:** Carolina Domingues Nunes Rodrigues, decisão judicial nº 0004732-40.2015.8.08.0021; **Processo** nº 74044133/2016

Cariacica, 19 maio de 2016

**Jose Ângelo Pandolfi**  
Superintendente Regional de Saúde de Vitória  
**Protocolo 237620**

**RESUMO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS SESA Nº 0961,0962/2016**

**PROCESSO Nº 72528443/2015 PREGÃO: 0053/2016**

**CONTRATADA: ONCOVIT**

**DISTRIBUIDORA DE**  
**MEDICAMENTOS LTDA.**  
**ATA: 0961**  
**LOTE: 02**  
**VALOR TOTAL: R\$ 82.650,00**  
(oitenta dois mil seiscentos cinquenta reais).

**CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**  
**ATA: 0961**  
**LOTE: 03**  
**VALOR TOTAL: R\$ 172.487,84**  
(cento setenta dois mil quatrocentos oitenta sete reais e oitenta e quatro centavos).

**VIGÊNCIA:** 01 (um) ano contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

**DATA DA ASSINATURA** - 12/05/2016

**FABIANO MARILY**  
Subsecretário de Estado da Saúde  
**Protocolo 237420**

**RESUMO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS SESA Nº 0920,0921,0923,0924,0925 ,0926,0928,0929/2016**

**PROCESSO Nº 71841113/2015 PREGÃO: 0496/2015**

**CONTRATADA: BUTERI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**  
**ATA: 0920**  
**LOTE: 02,14**  
**VALOR TOTAL: R\$ 89.750,00**  
(oitenta nove mil setecentos cinquenta reais).

**CONTRATADA: DUPATRI HOSPITALAR COM. IMP. EXP. LTDA**  
**ATA: 0921**  
**LOTE: 03**  
**VALOR TOTAL: R\$ 163.012,50**  
(cento sessenta três mil e doze reais e cinquenta centavos).

**CONTRATADA: SOLUMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**  
**ATA: 0923**  
**LOTE: 05**  
**VALOR TOTAL: R\$ 400.239,18**  
(quatrocentos mil duzentos trinta e nove reais e dezoito centavos).

**CONTRATADA: ALIANZAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**  
**ATA: 0924**  
**LOTE: 06**  
**VALOR TOTAL: R\$ 380.998,06**  
(trezentos oitenta mil novecentos noventa e seis centavos).

**CONTRATADA: HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**  
**ATA: 0925**  
**LOTE: 07**  
**VALOR TOTAL: R\$ 250.971,00**  
(duzentos cinquenta mil novecentos setenta e um reais).

**CONTRATADA: COSTA CAMARGO COMÉRCIO DE PRODUTOS**





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

DOTAÇÃO

MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
AGUIA BRANCA	1030200342055	33903200000	12030000
ANCHIETA	2430	33903203	12990001
APIACÁ	600041030100122048	33903200000	12030000
BOM JESUS DO NORTE	1030100725	339032	1
CARIACICA	10303102522059	33903200	12030002/ 12991003/ 10000001
COLATINA	60011030300382170	33903200000/ 33903900000/ 44905200000/ 33903000000	12010000001/ 12030000101/ 12990000102
DIVINO DE SÃO	1001103010192030	33903200	203
ECOPORANGA	2700000	1000051030100232078	33903000000
IBIRAÇU	1100051030100252090	33903200000	1201000000/ 1203000000
IBITIRAMA	700011030300072021/ 700011030300072021	33903000000/ 3390320000	12030000/ 12030000
IRUPI	30101030110036036/ 30101030110036037/ 30101030110036038/ 30101030110036039	33903000000	12010000/ 12030000/ 12990000
JOÃO NEIVA	331041030300322087	31901100000/ 31911300000/ 33903000000/ 33903600000	1201/ 1203
LARANJA DA TERRA	60601030300162054	33903200000	1201/ 1203/ 1604/ 1605
MUNIZ FREIRE	1000051030200302110	33903200000	12010000/ 12030000
PEDRO CANÁRIO	90000090100103020012050	3390320000	12010000/ 12030000/ 12040001
PIÚMA	80051030308032059	3390300900000/ 339033600000	1203/ 1201
RIO BANANAL	301	339032	1400
SÃO MATEUS	900090101030401501102	333903200000	1500
VARGEM ALTA	98260	33903000000	12030000





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**

MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
VILA PAVÃO	800881030100282054/ 800881030100231045/ 800881030100312058/ 800881030100232045	33903000000/ 33903000000/ 33903000000/ 33903200000	12030000/ 12010000/ 12030000/ 12010000
VILA VELHA	10030321042219	339030/ 339032/ 339092	2010000/ 2030000/ 2990000
VITÓRIA	10303000420037	33903009	10000003/ 10000055/ 12990058/ 12030055





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS**  
**LOCAL DE ENTREGA**

Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
01	AGUIA BRANCA	RUA SÃO JOSÉ , nº 87, CENTRO, CEP:29795000
02	ANCHIETA	ROD. DO SOL , nº 1620, VILA SAMARCO, CEP:29230000
03	APIACÁ	RUA JOÃO TENENTE , nº 4, CENTRO, CEP:29450000
04	BOM JESUS DO NORTE	PRAÇA ADOLFO LOBO , nº 185, CENTRO, CEP:29046000
05	CARIACICA	RUA MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS , nº 0, ITACIBÁ,S/N, EM FRENTE A LOJA NÉRIO E TÂNIA, CEP:29150270
06	COLATINA	RUA PEDRO EPICIM , nº 188, CENTRO, CEP:29700022
07	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	AV. PEDRO BATISTA DE AGUIAR , nº 0, SANTA CRUZ,FARMACIA BASICA, CEP:29590000
08	ECOPORANGA	RUA JOSE DA CRUZ , nº 0, CENTRO,CASA, CEP:29850000
09	IBIRAÇU	RUA MARTIN PESCADOR , nº 0, CENTRO, CEP:29670000
10	IBITIRAMA	ESTRADA SÃO JOSÉ-IBITIRAMA , nº 5, SÃO JOSÉ DO CAPARAÓ, CEP:29540000
11	IRUPI	RUA JOAO COSTA , nº 570, JOAO TOMAZ,EMBAIXO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CEP:29398000
12	JOÃO NEIVA	AVENIDA BRASIL , nº 53, CENTRO,APARTAMENTO 01, CEP:29680000
13	LARANJA DA TERRA	AV GERMANO STABENOW , nº 0, CENTRO, CEP:29615000
14	MUNIZ FREIRE	RUA CONEGO JOSE BAZZARELLA , nº 98, CENTRO, CEP:29380000
15	PEDRO CANÁRIO	UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL(POSTO DE SAÚDE DO CENTRO) , nº 369, CENTRO,PRÉDIO DO AMA, CEP:29970000
16	PIÚMA	RUA ORIDES FORNACIARI , nº 1135, CENTRO,AO LADO DA PREFEITURA, CEP:29285000
17	RIO BANANAL	RUA JOÃO CIPRIANO , nº 491, SAO SEBASTIAO, CEP:29920000
18	SÃO MATEUS	AVENIDA JOÃO XXIII - DE 828 AO FIM - LADO PAR , nº 1180, BOA VISTA, CEP:29931220
19	VARGEM ALTA	AVENIDA TUFFY DAVID , nº 1, CENTRO,TERREO, CEP:29295000
20	VILA PAVÃO	RUA GERMANO LINHARES , nº 0, CENTRO, CEP:29843000
21	VILA VELHA	TRAVESSA BENEDITO CORREIA PENHA , nº 680, ARIBIRI, CEP:29120310
22	VITÓRIA	AVENIDA JOÃO PALÁCIOS , nº 503, EURICO SALLES,EM FRENTE AO SHOPING MESTRE ÁLVARO, CEP:29160161





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
NÚCLEO ESPECIAL DE CONTRATOS E CONVENIOS  
PROGRAMAÇÃO

MEDICAMENTO	UNIDADE	AGUA BRANCA	ANCHIETA	APIACÁ	BOMJESUS DO NORTE	CARIACICA	COLATINA	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	ECOPORANGA	IBIRAÇU	IRUPI	JOÃO NEIVA	LARANJA DA TERRA	MUNIZ FREIRE	PEDRO CANÁRIO	PIÚMA	RO BANANAL	SÃO MATEUS
HARPAGOPHYTUM	COMP	0	0	1000	5000	0	10000	2000	150	0	0	15000	0	7500	0	0	0	0
MIKANIA GLOMERATA (GUACO)	FRAS	2000	1000	0	600	28000	10500	500	100	1000	500	1000	200	1500	600	1000	300	9000

MEDICAMENTO	UNIDADE	VARGEM ALTA	VILA VELHA	VITÓRIA	Total
HARPAGOPHYTUM	COMP	0	0	42000	82650
MIKANIA GLOMERATA (GUACO)	FRAS	2000	30000	0	89800

